

ENSAIOS DE COMPREENSÃO ACERCA DA RELAÇÃO CAPITALISMO-ESTADO-EDUCAÇÃO: OS APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS E HISTÓRICOS¹

Juliane Gonçalves Queiroz (graduanda de Pedagogia na UECE)²

Rayssa Melo de Oliveira (graduanda de Pedagogia na UECE)³

Raquel Dias Araújo (Professora Adjunta da UECE)⁴

RESUMO

O presente trabalho aborda a relação entre: capitalismo, Estado e educação, à luz de uma análise crítica, destacando, na primeira parte, os elementos conceituais e, na segunda, os elementos históricos. Iniciamos nossos ensaios de compreensão situando o surgimento do Estado a partir do aparecimento da propriedade privada e, como consequência desta, a instituição dos antagonismos de classes. Passamos à segunda fase de desenvolvimento do capitalismo, a chamada fase monopolista e, com ela, ao Estado intervencionista ou do Bem-Estar Social e ao Estado neoliberal, estabelecendo uma relação com a educação. Resultamos que como indivíduos participantes da educação, precisamos entender o funcionamento da sociedade. Percebemos as nuances da relação sociedade, Estado e educação. Assim, compreendemos que a educação constitui uma forma de dominação ideológica para que a maioria da sociedade torne-se submissa aos interesses da classe dominante, sem deixarmos de enxergar as contradições que envolvem esse complexo de relações.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a relação entre o capitalismo, o Estado e a educação, à luz de uma análise crítica, destacando, na primeira parte, os elementos conceituais e, ~~na segunda, os elementos históricos.~~

¹ Artigo produzido na disciplina Política e Planejamento Educacional I, sob orientação da professora Dra. Raquel Dias Araújo, como requisito para aprovação na disciplina, no semestre 2011.1.

² Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, cursando o 7º semestre. Bolsista de Iniciação Científica – IC-UECE, sob orientação da professora Dra. Raquel Dias Araújo.

³ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, cursando o 7º semestre.

⁴ Professora Adjunta do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Educação. Coordenadora do Grupo de Estudo Marxismo e Educação.

Iniciamos, portanto, nossos ensaios de compreensão situando o surgimento do Estado a partir do aparecimento da propriedade privada e, como consequência desta, a instituição dos antagonismos de classes. Daí, buscamos compreender a política social como um mecanismo utilizado pelo Estado, no capitalismo, para amenizar os efeitos causados pela política econômica que assume, nesse sistema, um caráter anti-social. Em seguida, procuramos entender a política educacional como uma modalidade da política social, portanto, como uma política de Estado.

Na segunda parte, traçamos a trajetória histórica do capitalismo, partindo da sua primeira fase de desenvolvimento, a saber, a fase concorrencial, apresentando o tipo de Estado que se constitui nesse momento, no caso, o liberal, e a relação deste com a educação. Depois, passamos à segunda fase de desenvolvimento do capitalismo, a chamada fase monopolista e, com ela, ao Estado intervencionista ou do Bem-Estar Social, da década de 1940 à de 1970, e, na sequência, ao Estado neoliberal, a partir da década de 1970, estabelecendo a relação desses dois modelos de Estado com a educação.

No sentido de ensaiar uma compreensão crítica a respeito da complexa relação entre capitalismo, Estado e educação, lançamos mão das contribuições de Lênin (2005), Saviani (1998), Horta (1985) e Arce (2001).

I – ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E EDUCACIONAL: ELEMENTOS CONCEITUAIS.

Com o surgimento da propriedade privada, a partir da qual uma pequena parcela da sociedade passa a ter direitos sobre ela, cria-se o antagonismo entre a classe dominante (dona dos meios de produção) e a classe dominada (a maioria que trabalha nas propriedades privadas). Diante desses conflitos, surge o Estado, como o objetivo de exercer o poder político da classe dominante (os proprietários) sobre os não-proprietários.

O Estado é uma instituição política, jurídica e militar, a qual serve para organizar e manter a ordem. O governo é diferente do Estado constituindo apenas uma parte dele. Engels (apud LÊNIN, 2005, p. 9) define o Estado como o órgão de dominação de classes:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, ‘a realidade da Idéia Moral’, ‘a imagem e

a realidade da razão', como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode se desvencilhar. Mas para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da 'ordem'. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Nesse sentido, o Estado já nasce com a função de manter a dominação de um segmento da sociedade, que é minoritária, sobre a maioria da população e fazer prevalecer a propriedade privada. Por isso, o Estado não é neutro, ele está voltado aos interesses de uma pequena parcela da sociedade, a qual mantém o poder econômico.

No caso da sociedade capitalista, a classe economicamente dominante é a burguesia. Por meio dele, exerce também o poder político, tornando-se a classe politicamente dominante e exercendo o controle do Estado, que assume a defesa dos interesses burgueses.

Como uma forma de camuflar a exploração, a sociedade capitalista criou as chamadas políticas sociais, que funcionam como paliativos aos efeitos deletérios do capital.

As políticas sociais são ações comprometidas em fazer a mediação entre as necessidades humanas e as necessidades do capital. Pode ser considerada como fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa ou ao modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Estas civilidades constituem uma política própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. De acordo com Saviani (1998, p. 4):

[...] Com isso, a política social acaba sendo considerada invariável e reiteradamente como um paliativo aos efeitos anti-sociais da economia padecendo das mesmas limitações e carências que aqueles efeitos provocam na sociedade como um todo.

Dentre as políticas sociais, a política educacional merece destaque por ser a base para a alienação das classes dominadas, pois é na escola que o indivíduo é formado para

se adaptar à sociedade capitalista, tornando-se, desde cedo, submisso à classe dominante. É importante observar que a escola não é uma instituição neutra, pois está sempre voltada para os interesses das classes que detêm o poder. No entanto, vale ressaltar, que a escola também é permeada de contradições e paradoxos, revelando-se predominantemente reprodutora das relações sociais de produção, mas, por outro lado e em menor medida, portadora de possibilidades emancipatórias.⁵

Nesse sentido, a política educacional diz respeito, pois, às medidas que o Estado, no caso, o governo brasileiro, toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação no país. No âmbito do organograma governamental, essas medidas se situam na chamada “área social”, configurando, pois, uma modalidade da “política social”. (SAVIANI, 1998, p.1)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB configura-se como um parâmetro da política educacional, destacando-se, dentre as suas principais medidas, o Plano Nacional de Educação, que, nesse momento, encontra-se em tramitação.

A seguir, veremos que à cada fase de desenvolvimento do capitalismo corresponde um tipo de Estado e uma determinada política educacional.

II – DO CAPITALISMO LIBERAL AO CAPITALISMO NEOLIBERAL: AS TRANSFORMAÇÕES E OS IMPACTOS NO ESTADO E NA EDUCAÇÃO

O capitalismo, em qualquer fase do desenvolvimento, é baseado na indústria, no trabalho assalariado, na propriedade privada e na divisão de classes, no qual o lucro das classes dominantes está em primeiro plano. No entanto, há algumas características que diferenciam as fases de desenvolvimento do capital.

O capitalismo concorrencial, isto é, a primeira fase, fundamenta-se na livre concorrência entre as empresas. Adam Smith, David Ricardo e alguns outros pensadores liberais acreditavam na existência de um mercado livre, cujos determinantes fundamentais eram a liberdade de todos os participantes. O mercado liberal tem como paradigma o funcionamento das feiras livres, onde produtores e vendedores se

⁵ Sobre essa discussão em torno dos limites e das possibilidades da educação, há uma vasta bibliografia que pode ser consultada, a qual fora produzida, no caso do Brasil, em larga medida, no contexto de efervescência da década de 1980. Ver, por exemplo, Saviani (2003), Orso (2008), Tonet (2005).

encontravam com seus produtos e negociavam o preço e a quantidade que seria vendida ao seu pretendente, estabelecendo entre si uma troca de equivalentes.

Como pode-se perceber, no capitalismo concorrencial, a base da liberdade do indivíduo é a propriedade, a qual por sua vez, é a base para a definição da igualdade. Esse conjunto de idéias que reproduz e sustenta o capitalismo chama-se liberalismo ou ideologia liberal.

A burguesia, como classe economicamente dominante, constitui um Estado à sua semelhança, o Estado burguês liberal, o qual representa os interesses dessa classe e estabelece novas ideologias e regras que são transmitidas através dos seus órgãos, a exemplo da escola.

Segundo a doutrina de Adam Smith, o capitalismo concorrencial deve ser regido pela livre concorrência, baseada na lei da oferta e da procura. Na teoria, não há intervenção do Estado, porém esse sempre dá sustentação à economia.

[...] o Estado deve “laissez faire et laissez passer”... Em suma, o que é pedido ao Estado pelos proprietários é o direito de cada indivíduo perseguir seus próprios interesses. E como esses interesses são concebidos em termos econômicos, o governo não tem outra função a não ser garantir a proteção do jogo econômico. (HORTA, 1985, p. 202).

O Estado liberal é a base para que esse capitalismo funcione, o qual prega uma liberdade antes não tida pelos trabalhadores, já que vinham de uma sociedade servil e escrava. Defende também a igualdade, baseada na ideia de que todos eram donos de algo, sejam das propriedades privadas, sejam da força de trabalho.

Nas fases iniciais, o Estado Liberal tinha como marca a proposta da liberdade, num sentido bem preciso, pois a luta pelas liberdades individuais não passava da defesa das liberdades individuais na vigência da ordem econômica capitalista. É como se dissesse que não havia liberdade fora da área econômica, por exemplo, não havia liberdade para questionar a propriedade privada.

Apesar da defesa da não intervenção do Estado nos assuntos econômicos, a educação constitui uma das esferas que a intervenção estatal não apenas é aceita, como é mesmo defendida. Através da educação, buscava-se, por um lado, formar mão-de-obra para produção capitalista, moldando indivíduos para trabalharem nas indústrias, ou seja, adestrando-os, treinando-os, disciplinando-os, docilizando-os. Por outro, objetivava-se

incutir a ideologia dominante. Nesse sentido, a escola transforma-se, sob a ordem do capital e orientada pela ideologia liberal, num poderoso instrumento de manutenção do *status quo*.

A primeira Guerra Mundial enfraqueceu o capitalismo concorrencial, que já se encontrava em crise desde o final do século XIX, e a crise mundial de 1929 consolidou outro modelo de Estado em substituição ao Estado liberal. Segundo Horta (1985, p. 204):

O Estado Liberal entra em colapso, simultaneamente com o “colapso” da etapa concorrencial da fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista e da ideologia liberal que lhe é inerente. Este colapso, e a conseqüente afirmação do capitalismo monopolista, constituem o enraizamento infra-estrutural de uma nova ideologia: o neocapitalismo. Ao contrário da ideologia liberal, que se baseia na crença do espontaneísmo automático e ascensional da História, o neocapitalismo está centrado na concepção de que a História (inclusive, e sobretudo, a economia) precisa ser dirigida.

A fase monopolista do capitalismo teve início ainda no final do século XIX, consolidando o modelo intervencionista de Estado, a partir de 1945, que durou até o final da década de 1970, período conhecido por fase áurea, ou seja, fase gloriosa na qual estavam instalados as bases do *Welfare State*. Quanto às suas características, Horta (1985, p. 207) destaca três, a saber:

A forma de Estado Intervencionista distingue-se de forma de Estado Liberal por três características principais: acentuada intervenção estatal na economia, fortalecimento do poder dos técnicos enquanto agentes macrocoordenadores alojados nos ramos dos aparelhos do Estado e reconhecimento dos ‘direitos’ para todos os ‘indivíduos-cidadãos’, por vezes implicando em detrimientos dos direitos de cidadania: os civis e os políticos.

Apesar dessa característica interventora do Estado, vale frisar, com ajuda de Horta (1985, p. 207), que:

A intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica não constituiu algo novo na história do capitalismo. Em qualquer etapa de seu desenvolvimento o estado sempre deteve nas mãos um papel econômico primordial, e a sua presença sempre foi de vital importância nas atividades do capitalismo [...].

O Estado está sempre relacionado à economia existente em uma determinada sociedade. Assim, com a decadência do Estado Liberal, nasce o Estado Intervencionista, que é a base do capitalismo monopolista.

Esse Estado diferencia-se do Estado liberal por intervir mais ainda na economia, por ter o poder nas mãos dos técnicos e por ter políticas de bem-estar social. O Estado intervencionista teve início com a crise de 1929, quando o Estado precisou intervir na economia, tirando os Estados Unidos da crise.

No Brasil, com a crise de 1929, houve uma queda no preço do café, como consequência teve um acúmulo desse produto. Para tentar solucionar o problema, o Estado interviu subsidiando os produtores, esses, por sua vez, queimaram o produto para que não perdesse seu valor, pois essa situação impactava diretamente na chamada lei da procura e da oferta.

No capitalismo, a superprodução gera crises econômicas, pois essa produção se dá de forma desordenada. Isto significa que as crises econômicas no capitalismo são inerentes ao seu processo de desenvolvimento e não uma disfunção do sistema.

O Brasil vai constituindo as condições para se tornar um país capitalista somente nas primeiras décadas do século XX. Em consequência disso, houve industrialização e urbanização. O processo de constituição do capitalismo foi feito pelas mãos do Estado, o que caracteriza a existência de um Estado interventor, mas não podemos dizer que havia um *Welfare State* no Brasil, pois não apresentava políticas de bem-estar social. O capitalismo no Brasil nasce tardiamente e dependente e subordinado ao capital internacional. Pelas suas características e condições históricas, não nasce como resultado de revoluções democráticas, sendo, portanto, impossível realizar algumas tarefas que foram implementadas pelos países de capitalismo central, a exemplo da constituição de um sistema nacional de educação. Isto explica, em grande parte, os níveis alarmantes, até os dias atuais, de analfabetismo absoluto e funcional, que atingem cerca de 40 milhões de pessoas.

Nessa fase de desenvolvimento do capital, o planejamento econômico assume certa importância como instrumento de conservação da ordem. No campo da educação, o Estado passa a intervir de forma mais centralizada, por meio do planejamento educacional, da legislação educacional e da educação pública. Horta (1985, p. 195) ressalta que o Estado planeja a educação

[...] visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a

cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado.

Com a crise capitalista da década de 1970, revelada na quadruplicação do preço do petróleo, que se convencionou chamar de crise do petróleo (1973-74), o modelo de Estado do Bem-Estado Social ou *Welfare State* também entra em crise, criando um ambiente favorável ao reaparecimento das idéias neoliberais.

Assim, em oposição às políticas públicas de bem estar social do Estado intervencionista e à intervenção estatal na economia, surge o neoliberalismo, que consiste num conjunto de idéias políticas e econômicas que defende a suposta não participação do Estado na economia; a total liberdade do comércio, pois permite o crescimento econômico; as políticas de privatização e a entrada de multinacionais no país. Segundo Arce (2001, p. 254), o remédio para o mal do intervencionismo, na visão dos neoliberais,

[...] passou a ser a receita obrigatória de consultores financeiros neoliberais: por um lado, manter o Estado forte suficiente para acabar com gastos desnecessários, privatizar empresas estatais e liquidar os sindicatos e, por outro, diminuir os gastos e as intervenções estatais nas questões sociais e econômicas; todas estas medidas devem ser administradas de uma só vez, de forma quase que ditatorial, pois a meta principal de tudo isto é a estabilidade monetária, que deve ser alcançada a qualquer preço.

De acordo com as ideias neoliberais, a desigualdade era tida como algo natural. Nessa perspectiva, a educação deveria enfatizar a diferença, contribuindo para o desenvolvimento das particularidades de cada um, formando um homem competitivo, de acordo com as necessidades específicas do mercado.

A educação, encarada como uma política social, não foge a este quadro; atribui-se uma importância vital e indispensável à mesma [...], pois ela é responsável pela formação do homem neoliberal competitivo, capaz de passar pelas provas que o mercado impõe, adaptando-se, sendo inteiramente flexível, prova maior do investimento do mercado no Capital Humano, no indivíduo (ARCE, 2001, p. 257).

A abrangência da escola é redefinida em relação às suas funções tradicionais ideológicas e socializadoras. Passa a ter como finalidade principal a formação técnica e comportamental de um novo tipo humano capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização técnico-científica. A educação profissional é incorporada à lógica do mercado, sendo uma das suas marcas a construção de um novo consenso, no qual o

espaço público deixou de ser percebido como lugar de conquista e direito da sociedade e passou a ser lido como um entrave ao livre desenvolvimento das aptidões individuais que se expressam na iniciativa privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo foi de grande importância para o nosso crescimento pessoal e acadêmico, pois estudando sobre os temas que foram abordados pudemos aprender mais e aprofundarmos nossos conhecimentos sobre o assunto, podendo assim formarmos uma opinião própria.

Com base nas leituras realizadas e nas discussões feitas em sala de aula, pudemos perceber as nuances da relação sociedade (capitalismo), Estado (burguês) e educação (historicamente determinada). Assim, compreendemos que a educação constitui uma forma de dominação ideológica para que a maioria da sociedade (classe trabalhadora) torne-se submissa aos interesses da classe dominante (burguesia), sem deixarmos de enxergar as contradições que envolvem esse complexo de relações.

É nessa perspectiva que, como indivíduos participantes da educação, precisamos entender, em primeiro lugar, de forma crítica, o funcionamento da sociedade e lutarmos por mudanças. Precisamos abrir nossos olhos para a submissão dos trabalhadores aos ideais dominantes e, assim, mudarmos também nossa postura dentro da sala de aula, buscando formar indivíduos críticos à essa ideologia capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Alessandra. **Compre um kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/vzz74/v2274.pdf>. acesso em 13/07/2011.

HORTA, José Silvério Baia. Planejamento Educacional. IN: SAVIANI, Dermeval [et al]. **Filosofia da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. (Coleção Educação e Transformação, v.6)

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. A revolução proletária e o renegado Kautsky. Trad. por Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. IN: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8 ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, RS: UNIJUI, 2005.